



POLÍTICA INDIGENISTA, TUTELA E DESLOCAMENTO DE POPULAÇÕES: A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DOS KRENAK SOB A GESTÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS¹

JOSÉ GABRIEL SILVEIRA CORRÊA²

RESUMO: O objetivo deste artigo é apresentar e analisar a trajetória histórica do denominado grupo indígena Krenak entre o início do século XX e o final da década de 60 do referido século. O enfoque se desenvolve sobre o prisma das relações entre esses indígenas e o órgão tutelar estatal responsável por sua *proteção e assistência*, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), buscando trabalhar os embricamentos, transformações e continuidades decorrentes da relação de tutela tanto para os indígenas como para administração tutelar.

Palavras-chave: política indigenista, tutela, Krenak.

ABSTRACT: Indigenist Politic, tutelage and displacement of populations: The historical trajectory of the Krenak under the administration of Brazilian Indians Protection Service.

The object of this article is to present and analyse de historical trajectory of a indigenous group called Krenak, since the beginning of the 20th century to the end of the 1960's. The acess is developed under the relations of this indigenoud with the state tutelage institution responsible for the *protection and assistance*, The Indians Protection Service (SPI), working with the imbrications, transformations and continuitys appeared in the tutelage relation, in Indians and tutelage administration.

Key words: indigenist politics, tutelage, Krenak.

INTRODUÇÃO

Este artigo consiste num esforço em compreender a trajetória dos Krenak e suas relações com a administração tutelar desde o início do século XX até a criação do Reformatório Agrícola Indígena Krenak no final da década de 60 do século passado, partindo da idéia de que as relações de tutela que se estabeleceram entre os Krenak e o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), não podem ser ignoradas para o entendimento de quem seriam os próprios Krenak (CORRÊA, 2000). A recuperação da história da tutela tem como objetivo principal fornecer informações aos leitores sobre a trajetória dos Krenak, permitindo fugir de simplificações analíticas que reduzem a história dos grupos indígenas, ora como reproduções de padrões míticos autóctones, ora como designios únicos da administração tutelar.

O foco principal a ser compreendido é o relacionamento constituidor entre índios e seus

“protetores”, os funcionários do SPI, sendo a intervenção “protetora” do órgão tutelar determinante para se entender como esta unidade – Krenak – foi em grande parte forjada na gestão praticada pelo órgão, e também como diversos problemas enfrentados pelos índios derivaram diretamente da maneira como o SPI administrava, ou não, o Posto Indígena Guido Marlière (PIGM) – caso das questões envolvendo a posse da terra, a saúde dos índios, suas atividades econômicas e, é claro, os atritos e conflitos entre índios e não-índios. Mesmo a idéia, que aparecerá nos documentos da instituição tutelar, de que os Krenak foram um “grupo-problema” para a *administração dos índios*, surge justamente dos problemas enfrentados pelo SPI para gerir tanto índios como a unidade administrativa, o PIGM.

A contextualização aqui realizada parte da noção de *situação histórica*³, desenvolvida por OLIVEIRA FILHO (1977), onde a ação do órgão tutelar é interpretada como um índice regulador da trajetória dos Krenak,

¹ Submetido em 25 de abril de 2002. Aceito em 28 de março de 2003.

² Museu Nacional/UFRJ, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Quinta da Boa Vista, São Cristóvão, 20940-040, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

³ Segundo OLIVEIRA FILHO (1977:4): “Uma situação histórica se compõe de um conjunto determinado de atores e forças sociais, cada um desses provido de diferentes recursos, padrões de organização interna, interesses e estratégias”, que “...se define pela capacidade, por parte de determinados agentes (instituições e organizações) de *produzir* uma certa *ordem política* através da imposição de interesses, valores e padrões organizativos sobre os outros componentes da cena política. A instauração regular dessa dominação pressupõe não somente o uso repetido de força, mas o estabelecimento de diferentes graus de compromisso com os diversos atores existentes, por meio dos quais o grupo dominante passa a articular interesses outros que não os seus próprios, obtendo certa dose de consenso e passando a exercer a dominação em nome de interesses e valores gerais” [grifos do autor].

produzindo modificações significativas no grupo indígena e em suas relações com a sociedade nacional.

A base para essa reconstrução parte principalmente da pesquisa nos documentos encontrados no arquivo de microfimes do Museu do Índio, e que retratam senão o cotidiano de mais de 50 anos de atuação do órgão indigenista oficial, particularidades dessa administração que a bibliografia existente sobre os Krenak normalmente não dá conta, possivelmente por não encarar a importância dessa relação para o próprio entendimento da trajetória dos índios. Além desses documentos e dos textos sobre os Krenak tratados mais detidamente em outro trabalho (CORRÊA, 2000), este artigo se utilizou de vários autores, citados na bibliografia, que trataram das relações entre os povos indígenas e o Estado brasileiro no século passado, e em particular dos trabalhos de PERES (1992 e 1999) que foram uma das portas de entrada para entender a atuação do SPI no caso específico dos Krenak. Esses textos tratam da implementação da ação tutelar oficial no caso específico do posto onde foram os Krenak *fixados*⁴ – o PIGM –, como também examinam uma questão importante particularmente para os Krenak: os arrendamentos em terras indígenas. Somaram-se a essas diferentes fontes, como as reportagens de jornal encontradas e que tratam desse período compreendido entre 1910 e o fim do *Serviço* em 1967.

Os Krenak, segundo PARAÍSO (1998); MATOS (1996) e SOARES (1992), seriam um dos grupos de índios Botocudos que viviam na região do rio Doce em Minas Gerais e Espírito Santo. A denominação Krenak é derivada de um dos grupos contatados pelos

funcionários do SPI no início do século – que era chefiado pelo capitão Krenak – e que com os anos passa a ser atribuída, muito provavelmente pelos funcionários do SPI, aos diversos grupos que se fixam ou são fixados pelo SPI no PIGM.

A região do rio Doce foi uma das últimas áreas a sofrer o processo de colonização (MATOS, 1996:59) na região sudeste. O início desse processo remonta ao princípio do século XIX, com a criação de quartéis ao longo do rio Doce, que visavam viabilizar a utilização do rio como via de transporte, possibilitando também o estabelecimento de novas áreas de colonização. Durante o século XIX, os grupos indígenas ali dispersos foram alvo de políticas variadas por parte dos colonizadores, como a guerra justa⁵, os aldeamentos geridos por padres capuchinhos e aldeamentos geridos por particulares (MATOS, 1996:74).

É certo que vários desses grupos de índios ainda permaneciam circulando “livremente” nessa região entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, até o começo do século XX⁶. A aceleração do processo de ocupação da região onde estavam os últimos grupos indígenas ainda “dispersos”⁷, se dá principalmente com a construção da ferrovia Vitória-Minas e a chegada de novos grupos de imigrantes, gerando atritos entre os antigos ocupantes e os recém-chegados, sendo que na região mineira do rio Doce, os atritos mais freqüentes se davam entre grupos de índios e os operários encarregados da construção da ferrovia.

A ATUAÇÃO DO SPI

No mesmo ano de sua criação, e de modo semelhante à gestão dos atritos ocorridos em São Paulo entre os construtores da ferrovia Noroeste do Brasil e os Kaingang (GAGLIARDI, 1989:59-87 e BORELLI,

⁴ Um dos primeiros objetivos intentados pela ação tutelar quando dos primeiros contatos com os índios *arredios* – além do estabelecimento de relações cordiais com esses grupos – era o de liberar as terras para colonização (ocupação). A realização dessa “tarefa” implicava em impedir que os índios realizassem antigos “hábitos” nômades – circulando pelo seu antigo território –, nas agora terras dos colonizadores. Tal objetivo era normalmente alcançado quando os índios restringiam-se às áreas determinadas pelo órgão tutelar, ou seja, quando os índios eram *fixados* (ver SOUZA-LIMA, 1995:159-197).

⁵ A guerra justa foi uma prática freqüente da política colonial, utilizada em relação aos grupos que ou tinham relações belicosas com os portugueses ou se opunham a seguir os desígnios como permanecer em aldeamentos, como no caso dos índios Maiapema e Manao relatado por FARAGE (1991): “Durante os anos de 1724 e 1725, uma epidemia de varíola havia devastado o Maranhão e Grão-Pará, atingindo duramente a população indígena escrava e aldeada. A declaração de guerra permitiria à tropa cativar quantos índios lhes fosse possível, uma vez que eram considerados (...) escravos todos os aprisionados em batalhas. (...) [desvia-se] fazer a guerra aos Maiapema, considerados aliados dos Manao e, por consequência, também traidores da Coroa portuguesa” (*ib.*:66).

A guerra justa foi declarada contra os Botocudos através de uma Carta Régia, de 13 de maio de 1808, emitida por D. João VI (MATOS, 1996:68).

⁶ São mencionados nos textos de PARAÍSO (1992) e MARCATO (1979) os Nakré-ehé, Naknenuk, Gutkrak, Krenak, Pojichá e Jiporok, entre outros. Segundo MATOS (1996:130), que realizou pesquisa entre os Krenak, a atual composição do grupo são Butkrak do rio Eme (provavelmente os Gutkrak acima citados), Nakhré-hé de Itueta(o), vindos do Posto Pancas, e Nakhré-hé de João Pinto, localidade próxima à cidade de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.

⁷ Os termos entre aspas referem-se a palavras que se deseja destacar mais de um sentido e/ou um sentido ambíguo, não tão claro para neófitos na terminologia empregada pelos integrantes do SPI – no caso do termo “dispersos”, refere-se a distribuição espacial dos grupos, mas também a um padrão de ocupação territorial desejado pelos colonizadores, e portanto, um categoria classificadora a ser modificada pela ação estatal tutelar sobre esses grupos. Esse também é o caso da idéia embutida em “livremente”, em “perambulação” e outros termos destacados e que são melhor trabalhados/explicados em SOUZA-LIMA (1995), CORRÊA (2000) e ERTHAL (1992), entre outros.

1984:69-82), o SPI começa a atuar na área do rio Doce, nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Representado pelos inspetores Trampowsky, Alberto Portela e Antônio Vianna Martins Estigarribia – todos funcionários de origem militar (PERES, 1992:47), sendo que Estigarribia seria uma figura relevante dentro dos quadros do SPI, atuando em diversas regiões do país a serviço do órgão, além de ocupar o cargo de Diretor do SPI em 1936 (SOUZA-LIMA, 1995) – o órgão tutelar começou a buscar a *fixação* dos grupos indígenas da região. As primeiras *expedições*⁸ realizadas pelos inspetores na região, já se dão no mesmo ano de 1910 e parecem continuar até a instalação do Posto de Atração do Eme, em 1913 (depois Posto do Eme), próximo à área do que viria a ser o Posto Indígena Guido Marlière.

A *proteção* do órgão tutelar deve-se destacar, referiu-se no princípio, aos grupos em atrito com os construtores da ferrovia e os colonos chegados à região. A ação do SPI, nesse primeiro momento, não incluiu todos os grupos indígenas da região, já que próximo à atual área indígena Krenak existiam índios Puris (Almeida, 1959, apud PARAÍSO, 1998:784) que conviviam “pacificamente” com colonos. Além dos Puris, outros grupos que residiram nos antigos aldeamentos organizados pelos governos provinciais ou pelos padres capuchinhos, apesar de terem sido inspecionados pelo inspetor Estigarribia, não foram incluídos – num primeiro momento – ao rol dos índios assistidos pelo SPI. Ao que indicam os relatórios dos funcionários do SPI, essas expedições mapearam a totalidade dos grupos indígenas na região, sem necessariamente seu conhecimento implicar em *assistência* ou *proteção* por parte do órgão. Isso fica claro em um relatório da década seguinte (1924), onde o Inspetor Lobo – encarregado dos índios no Estado de Minas Gerais e subalterno do chefe da inspetoria Estigarribia – lista e organiza os índios “esparços” da região em quatro categorias, segundo a origem de suas terras: 1) aqueles grupos que ocupavam áreas doadas ou pela monarquia ou pelo Estado de Minas Gerais (como os índios do antigo aldeamento do Ituetto); 2) grupos que foram reunidos através da catequese católica (como os

índios do antigo aldeamento de Itambacuri); 3) grupos esparsos entre civilizados (rios Doce, São Mateus, Mucuri e Pardo) e 4) grupos considerados semi-civilizados vivendo coletivamente nas matas (Miñajirum e Gutkrak; Maxakali e Pataxó; Pontão Ponte, Crissiuma, Gueren, Jiporok e Pojixá).

Paralelo às gestões no Estado de Minas Gerais – existia também um outro posto de atração na cidade de Aimorés para contato com os Jiporok (PARAÍSO, 1998:783) – o SPI também atuava fortemente na região capixaba do Rio Doce, com a atração dos índios e instalação, já em 1911, do Posto Pancas, onde está localizada a atual cidade de Pancas, Estado do Espírito Santo. Nos primeiros anos de funcionamento do SPI nos dois estados, o órgão pretendia fazer do Posto Pancas um local para onde deveriam ser *atraídos* e *fixados* todos os grupos indígenas da região. A escolha do posto como ponto de convergência, devia-se provavelmente a este já ter uma área garantida através de doação do governo do estado, o que não tinha ocorrido ainda no Estado de Minas Gerais⁹.

A atração dos índios, localizados na parte mineira do rio Doce, não pode ser encarada de maneira alguma como fácil, já que grande parte dos índios que o SPI procurava atrair para as proximidades do posto se recusava permanentemente a travar relações com o órgão, preferindo se retirar para as matas da região a manter contato sistemático com os colonizadores. Os índios que aceitaram o contato se recusavam a ir para o Posto Pancas, devido aos atritos com os índios que lá estavam aldeados. Mesmo a situação no Posto Pancas não pode ser vista como das mais harmoniosas, já que nos relatórios do inspetor Estigarribia aparecem referências a atritos entre os diversos grupos dentro do posto, além de evasões motivadas inclusive por surtos de gripe (PARAÍSO, 1998:783-784 e PERES, 1992:41-42). Só em meados da década de 20 reuniram-se no Pancas os grupos: Minhajirum, Gutkrak, Nakré-ehé e Jiporok (PARAÍSO, 1998:784).

Assim – diante das dificuldades de transferir os índios para o Estado do Espírito Santo –, foram feitas várias gestões junto ao governo de Minas Gerais para a doação de uma área, visando criar um posto indígena nas proximidades do rio Doce, para que os índios

⁸ Segundo SOUZA-LIMA (1995), todo “...o trabalho do SPILT, em uma região/local, iniciava-se por uma *expedição*. O termo designava um modo de intervir no espaço de clara matriz militar, com o fim de proceder um reconhecimento sobre o terreno que seria matéria de trabalho” e elas, as expedições “...realizadas ao interior dos estados, a locais onde se sabia, por informações anteriores, da existência de povos em luta pela defesa contra a invasão de seus territórios acabavam por trazer um conjunto de dados capaz de levar à decisão de proceder às *pacificações*”.

⁹ Até a regulamentação da Constituição de 1934, o SPI dependia, para a criação de postos indígenas da doação de terras pelos estados. Após a Constituição o órgão tutelar federal passa a não mais depender da intermediação dos estados para conseguir terras.

pudessem ser fixados no local e assim parassem de “perambular” pela região. Esse também era um problema para o governo estadual, que pretendia fundar no local uma colônia indígena, sendo esses planos estaduais motivo de debates e disputas entre os funcionários do SPI e do governo estadual, tanto na maneira de tratar os índios – o inspetor Estigarribia não considerava uma colônia indígena como a maneira “adequada” de atrair os índios (PERES, 1992:46) – como a localização da colônia/posto indígena. A doação de uma área de 4000 hectares serviria assim para evitar a circulação daqueles grupos, prevenindo choques com os colonos e possibilitando a atuação do órgão na *proteção* dos índios e assim “pacificando” a disputa existente entre o governo do Estado de Minas Gerais e o SPI pela gestão dos índios (PERES, 1992:46).

Na primeira tentativa de demarcar a área em 1918, realizada pelos funcionários do governo do estado, os índios expulsaram os funcionários após considerarem a quantidade de brindes distribuídos insuficiente. O decreto de doação da terra pelo Estado de Minas Gerais foi assinado em 1920 e no mesmo ano já foram plantadas as primeiras roças em torno do posto¹⁰.

Vale destacar que a *atração* não tinha como objetivo único a fixação dos indígenas às áreas controladas pelo SPI (SOUZA-LIMA, 1995:178-181), ela também era pensada como um modo de assegurar a imagem da eficácia das unidades administrativas do órgão em funcionamento. Assim, quando os postos não continham uma população considerada razoável para *encenar* a (boa) ação tutelar, havia necessidade de “capturar” mais índios nesse circuito. Esse parece ser um dos motivos da aglutinação de diversos grupos sob o rótulo de *Krenak*, sendo uma prática conhecida, repetida e documentada pelo SPI. Movimentos semelhantes podem ser reconhecidos nos Guarani levados para o PI Araribá (CARVALHO, 1979:73) e também em outro documento da administração tutelar, de 10 de maio de 1949, enviado pelo chefe da 4ª Inspeção Regional (IR4) ao Diretor do SPI, em que o primeiro “... consulta a possibilidade de serem transferidos para os Postos Caramuru e Paraguaçu, os índios esparsos no território baiano”.

Segundo um relatório de trabalhos executados pela Inspeção dos estados do Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais em 1920 e analisado por PERES (1992), cerca de vinte famílias já ocupavam terras na região do posto, e que:

“... o engenheiro-chefe Estigarribia propôs a *tutela e proteção dos sitiantes* [grifos do autor], para conduzi-los convenientemente. Justificou tal medida argumentando que as terras por eles apropriadas não estavam sob jurisdição do SPI e, ao mesmo tempo, o governo mineiro não impedia tal ocupação. Estigarribia qualificou-os como ‘heróicos patrícios que se atiravam pelo sertão’ (...) Portanto, esta agência governamental deveria gerir o processo de ocupação e valorização do espaço da região, através da tutela da população sertaneja, estabelecida aleatoriamente”.

No ano seguinte, em 1921, o SPI iniciou o processo de arrendamento da área doada pelo estado, com a introdução de quatro primeiros arrendatários. Essa inclusão de colonos dentro do PIGM, e que hoje certamente seria considerada como um equívoco, ou má gestão, por parte do Estado estava inserida dentro da lógica administrativa do órgão tutelar, como destaca PERES (1992:46), “a proximidade e o convívio com a civilização, como já visto, num contexto de harmonia, serviriam como um modelo de existência a ser seguido pelos representantes de *culturas inferiores*” [grifos do autor]. Nos primeiros anos de atuação do SPI, o que se realizava nas localidades onde os postos indígenas do SPI eram instalados – e que o nome Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) explicitava e definia – era uma intervenção do órgão visando transformar os índios em trabalhadores nacionais, agricultores¹¹. Enfim, uma intervenção “pedagógica” que objetivava fazer daqueles grupos, expoentes e exemplos da nacionalidade. A atuação, contudo, não se restringia aos indígenas, se estendendo para aqueles grupos de pessoas que ocupavam terras distantes do controle estatal, e denominados na linguagem do órgão tutelar como *trabalhadores nacionais*¹². A intervenção estatal visava criar um núcleo de

¹⁰ OLIVEIRA FILHO (1988) ao tratar da administração dos encarregados do SPI entre os índios Ticuna, destaca a importância das roças dos postos, como um dos elementos para marcar a sua boa gestão pelos funcionários locais frente aos seus superiores dentro do órgão tutelar.

¹¹ Estigarribia também propõe levar em 1919 para o posto Pancas, “índios Tupis” para se misturarem com índios do posto, e assim ajudar a civilizar os índios através dos “irmãos mais adiantados” (PERES, 1992:46). Ver os casos citados por CARDOSO-DE-OLIVEIRA (1976:71), além dos já mencionados de CARVALHO (1979:73) para os índios Terena, em diferentes postos, como agentes civilizadores.

¹² O “problema” em relação a estes grupos é um tema freqüente do período, como aponta MENDONÇA (1997), sobre as atividades e políticas do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), apontando para a preocupação em torno da mão-de-obra livre – nas quais incluíam-se os indígenas –, onde [em geral]: “...a indolência e a indisciplina eram tidos como atributos inerentes aos *nacionais*, urgia ‘convencê-los’ a incorporarem-se ao processo produtivo, ao invés de permitir-se-lhes outra alternativa de reprodução, sobretudo nas zonas agrícolas menos dinâmicas”.

“fabricação” de “cidadãos”, e para isso era necessário não só fixar e educar índios, mas estender a educação para os *trabalhadores nacionais* que lá estavam¹³. A maneira encontrada, e realizada em diversos postos do SPI, era a inclusão de colonos (arrendatários) dentro da área do posto indígena, servindo assim de “exemplo” aos índios e, ao mesmo tempo, mantendo esses arrendatários sobre o controle do encarregado do posto, como realizado no PIGM (PERES, 1992:49). As tentativas do SPI de obter a fixação dos grupos indígenas no Estado de Minas Gerais foram ainda dificultadas por um “incidente” ocorrido no começo da década de 20. Na área do posto destinada ao aldeamento pelo SPI, como destaca o relatório do encarregado do posto, foi palco de “... lamentáveis e sangrentos ataques que no ano de 1923, suportaram por parte dos civilizados os Crenacs [*sic*] no rio Eme, Estado de Minas Gerais, onde foram mortos nove índios e feridos gravemente outros”¹⁴. O ataque, denominado como massacre do Kuparak (onça pintada) pelos índios (SOARES, 1992:112; MATOS, 1996:87), foi obra de alguns colonos da Colônia Agrícola Bueno Brandão, próxima à área doada pelo Estado de Minas Gerais. Após esse ataque, e temendo um novo massacre, alguns dos grupos que estavam dispersos procuraram a proteção do SPI. Dois grupos – um de indígenas trazido do antigo aldeamento de Itueto, e outro de Nakhré-hé trazidos do Posto Pancas¹⁵ – retornaram aos seus antigos aldeamentos, temendo novos ataques. Apesar disso, a atuação do SPI entre os Krenak é descrita em uma reportagem em um jornal de 1926 (microfilme 382, Museu do Índio) como de relativo “sucesso”:

“Os índios Crenques, que são remanescentes dos Aimorés já estão bastante civilizados, usando roupas e morando em casas, dando-se perfeitamente com os usos e costumes dos encarregados do aldeamento. Os componentes dessa tribo, que está muito reduzida, ainda não falam bem o português”.

O PIGM e o posto Pancas eram tratados, assim, como exemplos dos benefícios da intervenção do

órgão federal, trazendo para os índios a civilização e produzindo a pacificação dos conflitos e relações. A década de 20 pode ser considerada como o período de consolidação da presença na área do poder tutelar estatal, já que constantes disputas pela maneira de gerir os índios entre o governo estadual e o órgão federal, exigiram a intensificação da ação do SPI, para garantir sua supremacia na área.

Para o governo do estado, a doação da terra ao SPI estava condicionada com a “civilização” dos índios. Esta incluía além de sua fixação na área reservada – para liberar as terras para colonização – que os índios trabalhassem e que abandonassem *hábitos primitivos*, como viver em casas comunais. Apesar de existirem atritos entre as duas administrações (federal e estadual) – o que possivelmente motivou a “visita” de Cândido Rondon ao PIGM em 1925¹⁶ – as divergências se situavam não em relação à civilização dos indígenas, mas sim quanto a quem deveria gerenciar a transformação dos índios. Os questionamentos feitos pelo SPI à interferência do governo de Minas Gerais na *proteção aos índios*, centravam-se fundamentalmente em demarcar a competência específica (autoridade) do órgão federal na gestão das populações indígenas, e na maneira de como o governo estadual pretendia realizar a transformação dos índios.

As críticas, contudo, não devem ser encaradas como expressando duas posições radicalmente distintas. O SPI também restringia a posse da terra aos indígenas: essa só aconteceria por meio de lotes individuais, e quando o posto indígena tivesse “evoluído” ao estágio de centro agrícola, e os indígenas ao de civilizados (SOUZA-LIMA, 1995:230-251). A outra crítica – de que as regras estipuladas pelo governo estadual para a doação da terra apressavam e forçavam a transformação dos índios – não parece corresponder à própria prática do SPI no Posto Indígena Guido Marlière, já que segundo um relatório de 1924 (microfilme 190, Museu do Índio), o encarregado do PIGM sugere que o posto se transforme em povoação indígena ou centro agrícola para “... satisfazer alguns índios lá aldeados”.

¹³ Para análises desdobradas sobre a intervenção estatal sobre grupos vistos como perigosos, ver não só MENDONÇA (1997), mas também CARRARA (1998), CUNHA (1998) e VIANNA (1999).

¹⁴ Segundo relatório enviado ao Diretor do SPI pela Inspetoria do Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais em 1923. Nos relatos colhidos entre os Krenak, PARAÍSO (1998:786) e SOARES (1992:111), indicam que o ferimento no ataque e posterior morte do xamã (Krembá) – o último detentor dos conhecimentos xamanísticos dos Krenak –, junto com o roubo do totem Jonkyon, permitido pelos funcionários do SPI que queriam acabar com as manifestações religiosas nativas (segundo SOARES, 1992:129), seriam os principais eventos para que os Krenak abandonassem (esquecessem) essas atividades.

¹⁵ Seu retorno da área do aldeamento de Itueto para o Posto do Eme só se dará em 1929, quando também passam a ser denominados nos documentos do SPI como Krenak (PARAÍSO, 1998:783). Sobre os Nakhré-hé ver MATOS (1996:87).

¹⁶ Possivelmente a visita de Cândido Rondon e sua “comitiva” aos Postos de Pancas e Guido Marlière relatada em um jornal da época, insere-se nessa intensificação da presença do SPI, sendo que os problemas foram aparentemente solucionados com a intermediação de Cândido Rondon na disputa (PARAÍSO, 1998:786).

Percebe-se que os “objetivos” estavam longe de serem divergentes. Como já destacou PERES (1992), havia uma similaridade da atuação do SPI e as idéias do governo de Minas Gerais para a gestão dos índios. Na contra corrente do que os funcionários do SPI afirmavam, PERES (1992:50-51) descreve os postos como funcionando à maneira do que seriam os centros agrícolas – o último estágio que a área administrada pelo órgão tutelar deveria alcançar antes da transformação dos índios em trabalhadores nacionais ser completa. A atuação do SPI no Estado de Minas Gerais era uma autêntica *moralização dos sertões*, extirpando vícios como o consumo de álcool – tanto em índios como em trabalhadores nacionais –, enfim configurava-se como um regime estatal de coerção e disciplinarização da força de trabalho¹⁷.

As disputas entre o SPI e o governo estadual acabaram levando a que se fizesse uma nova demarcação, concluída em 1927. Apesar da pressão do governo do estado, o SPI não precisou liberar a área para os arrendatários, apesar desses estarem tentando regularizar as terras desde 1925. As disputas entre arrendatários e o SPI tenderam a se agravar nos anos seguintes, devido ao aumento desses dentro da área do posto¹⁸. A população indígena, que sofreu diversas baixas por doenças durante os primeiros anos de atuação, foi sendo suprida com o acréscimo de vários grupos indígenas¹⁹ que retornaram ou foram enviados para o PIGM desde o final da década de 20 e até 1939, culminando com os índios do Posto Indígena de Pancas, fechado naquele ano – muito provavelmente após a viagem feita por inspetores do SPI à região e relatada no *Boletim Interno do SPI* (n.13, p.41). O fechamento do PI Pancas teria sido motivado pela avaliação de que os índios já eram considerados *civilizados*, e portanto suas terras poderiam ser liberadas para colonização²⁰.

Somado – ao que parece – a ausência de controle, por parte do administração do SPI, o número de ocupantes não indígenas também cresceu muito dentro da área do Posto, chegando segundo um censo de 1945 citado por PARAÍSO (1998:786) a um total de mil quatrocentos e noventa e três arrendatários dentro da área.

O “ENFRAQUECIMENTO” DA ATUAÇÃO DO SPI

No decorrer das décadas de 40 e 50, as informações sobre o PIGM são reduzidas – nesse sentido se assemelham às descrições dos textos sobre os Krenak, que tem a mesma dificuldade em falar do período, excetuando-se os trabalhos de SOARES (1992) e MATOS (1996) – existindo poucas “notícias” e documentos dos funcionários do PIGM. No material da IR4 – ofícios, memorandos, relatórios e boletins – o espaço dispensado a informações sobre os postos dos estados de Minas Gerais e Bahia é reduzido se comparado aos documentos dos outros postos da inspetoria. A documentação da Diretoria do SPI e das seções encarregadas de gerenciar a administração dos índios como a Seção de Orientação e Fiscalização (SOF), a Seção de Orientação e Assistência (SOA) e a Seção de Estudos (SE), não trazem muitas descrições da ação tutelar na região. O *Boletim Interno do SPI* – o principal meio de divulgação de informações internas do órgão – nas décadas de 40 e 50 também quase não se refere aos postos indígenas dos estados de Minas Gerais e Bahia. Mesmo nas reuniões do Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI) não existe quase menção aos índios assistidos em Minas Gerais. As informações recolhidas nos documentos das diferentes instâncias do órgão tutelar dão conta que primeiramente o PIGM seria (microfilme 190, Museu do Índio)²¹:

¹⁷ Ver OLIVEIRA FILHO (1988, 218-222 e 234-235) para uma crítica ao modelo econômico aplicado pelo SPI aos índios Ticuna, similar ao empregado pelos seringalistas, sendo uma “estatização” do modelo do barracão. Para outro relato de utilização de indígenas por seringalistas, ver TAUSSIG (1993) sobre os índios Huitoto no Peru e Colômbia, e PEREIRA (1999), também sobre os índios Ticuna, Huitoto e Bora.

¹⁸ É interessante aqui mencionar o trecho do Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio de 1920 citado por SOUZA-LIMA (1995): “Tendo desaparecido com a pacificação dos Crenacs os motivos que traziam fechadas aos elementos civilizados as regiões da margem do norte do rio Doce, verifica-se atualmente um grande movimento de invasão de terras devolutas do Estado, compreendidas entre os lotes pertencentes ao Posto e as aldeias dos índios. Nelas já se acham estabelecidas vinte famílias de nacionais, quase todas com filhos, cujo número varia de 1 a 5. (...) E assim se vão colonizando gratuitamente para os cofres públicos, aquelas paragens onde, de 1911 até fins de 1919, não pisavam outros civilizados senão os empregados do Serviço de Proteção que pacificaram os até então temerosos Crenacs” (Brasil, MAIC, RMAIC, 1920:246-247 *apud* SOUZA-LIMA, 1995:219, nota 11).

O trecho grifado é um bom exemplo de quanto as atividades do SPI ganhavam contornos heróicos, mesmo que não correspondessem à situação enfrentada.

¹⁹ SOARES (1992:109) diz que vieram além dos índios do Ituetto em 1929, índios da aldeia de Cuparaque (1923), índios do Cuité (1929), índios do Posto Pancas (entre 1935 e 1939) e de Aimorés (1930). Segundo Afilton Krenak, em entrevista, sua família teria sido uma daquelas que ficou fora do circuito de controle do Posto, permanecendo dentro de fazendas e circulando na região.

²⁰ Apesar de eles terem sido transferidos para o PIGM (PERES, 1992:46). Segundo PARAÍSO (1998:786) os índios foram transferidos sob a promessa de encontrar melhores condições no PIGM que no posto Pancas – uma promessa freqüente feita pelos funcionários do órgão tutelar. A explicação dada por MATOS (1996:87) foi de que um surto de impudismo teria dizimado a população indígena e motivado a extinção do posto.

²¹ A visita do futuro diretor do SPI no ano de 1946, Modesto Donatini Cruz parece atestar esse clima de prosperidade, pois as fotos da visita destacam as boas condições dos prédios, rebanho, escola e índios do PIGM (fotos 35mm 9401-9464, Museu do Índio).

“... promissor e com grandes possibilidades de se tornar um dos mais importantes desta Inspeção, pela sua privilegiada localização à margem esquerda do rio Doce, com apreciável área e matas abundantes de peroba e outras madeiras de lei; solo fértil e subsolo guardando minas de mica e outros minerais: bom clima, boas pastagens, casa da administração, depósito, escola, enfermaria, casas de empregados e de índios, todas de alvenaria etc., tendo ainda na margem oposta do rio, uma Estação da Estrada de Ferro Vitória a Minas, denominada Crenaque”.

A seguir, contudo, a avaliação das atividades pelos integrantes da administração tutelar se modifica, estando o posto indígena a enfrentar problemas. Estes eram indicados pela dificuldade de controle tanto pela direção central quanto pela administração regional da atuação dos próprios funcionários do SPI e de suas atividades na área do PIGM. Todavia os maiores problemas giravam em torno da questão da terra e da existência de muitos ocupantes não-indígenas. A atuação do poder tutelar passa a ser tomada como um “fracasso”, não implicando que a atuação do SPI não tenha logrado obter alguns “sucessos”, como por exemplo sua própria consolidação como mediador principal dos índios na região²². O “fracasso” da atuação do SPI no PIGM fica claro em alguns documentos como o relatório de José Maria da Gama Malcher (chefe da SOA) em 11 de setembro de 1950, que apesar de produzido para evitar a transferência de índios Guaranis para o posto (ver informações a seguir), e portanto buscando reforçar os aspectos “negativos” da área, fornece uma descrição menos maquiada da situação do posto (microfilme 285, Museu do Índio):

“O Posto ‘Guido Marlière’ além de relativa população indígena, conta com sérios problemas de terras, quase toda a área em mãos de arrendatários, foreiros, etc. e, segundo verificamos em vários processos, não existem acomodações para índios, embora os funcionários e trabalhadores estejam relativamente bem acomodados.

Além dessa situação que por si só nos parece escabrosa, a falta de alimentação, o contágio com índios tuberculosos, a nenhuma terra para nela trabalharem e dela tirarem seu sustento”.

Os postos no Estado de Minas Gerais, eram considerados como os de pior desempenho – tanto

para a IR4 como para a Diretoria do SPI –, sendo que segundo ofício do mesmo Gama Malcher em 1º de setembro de 1950, o posto indígena “...‘Guido Marlière [era] a maior fábrica de inqueritos do SPI”. O outro posto indígena do Estado de Minas Gerais – o Posto Indígena Mariano de Oliveira (PIMO) – apesar de também não ter uma avaliação positiva, (ainda não era visto de maneira tão negativa pelos administradores do SPI. A ausência de críticas a sua administração relacionava-se provavelmente ao PIMO ter sido recentemente implantado – não por acaso logo após a viagem de Curt Nimuendajú ao Estado de Minas Gerais nos anos de 1938 e 1939, onde denuncia os problemas envolvendo os índios, suas terras e o consumo de álcool (NIMUENDAJÚ, 1982:209-218) – em 1940. Também não se pode esquecer, como bem destacou SOUZA-LIMA (1995), que tanto em postos indígenas recém-fundados quanto em relação aos índios recém-contatados, é fundamental para o órgão tutelar que se estabeleçam boas relações administrativas, e portanto, que exista um maior investimento (não só financeiro) para a consolidação da dominação e uma maior tolerância com possíveis revezes. Tal era o caso do PIMO e dos índios “recém-contatados”, os Maxakali.

A situação “especial” do posto Mariano de Oliveira, e dos índios lá *assistidos*, é confirmada pelas avaliações do chefe da IR4, frente aos outros postos indígenas da inspeção. Em um ofício de 6 de novembro de 1950, Raimundo Dantas Carneiro, atesta as dificuldades encontradas pela administração regional do SPI para cumprir seus objetivos (microfilme 181, Museu do Índio):

“Reconhecemos, todavia que os Regulamentos que regem os nossos trabalhos, são perfeitamente adaptáveis para o trato com índios selvagens, não servindo, porém, para os índios que habitam nos pontos superintendidos por esta IR, visto serem com exceção dos do Posto Engenheiro Mariano de Oliveira, capazes de discernir entre o bem e o mal, estando eles, portanto, no mesmo grau de civilização de nossos trabalhadores rurais [grifos do autor].

Além desse fator, existe a adversidade das secas, que periodicamente assolam o nordeste, desencorajando os homens que lutam com a agricultura.

Tem-se, não obstante, procurado que os índios

²² Para uma crítica às atribuições de fracasso e sucesso na política indigenista, bem como a tomada destes atributos como causas e efeitos tautológicos na atuação indigenista, ver SOUZA-LIMA (1995).

produzam o necessário para sua subsistência. O único Posto em que fornecem gêneros alimentícios para os índios, é o Paraguaçu, no sul do Estado da Bahia, visto ser limitado o número de índios que foram conquistados nas matas daquela reserva, quase todos homens feitos e não se habituaram ao trabalho de amanhar a terra, fazendo quando muito, pequenas lavouras por eles consumidas antes de se tornarem maduras. Em vista disto, ficou o posto na obrigação direta, de prover a necessidade dos mesmos, para não vê-los nos povoados vizinhos mendigando a caridade pública, que além de desacreditar o nosso Serviço, serviria de valiosa arma para nossos inimigos.

Para que tivéssemos um serviço mais produtivo, necessitaríamos ter ascendência sobre os índios, pelo menos de forçá-los sob ameaça, de perderem o direito de viver no Posto, os que persistissem no propósito de não trabalhar. Conservá-los inativos, é prejudicial a eles próprios e ao bom nome do Serviço”.

O trecho destaca objetivos – como a importância moral e econômica do trabalho dos índios para o SPI e a preocupação com a veiculação de uma imagem eficaz do órgão – e também serve para indicar como a administração da IR4, e em especial os postos dos estados da Bahia e Minas Gerais eram um problema para o SPI. A avaliação negativa da atuação regional pela direção do órgão, aparece em outros documentos, como no ofício de 6 de novembro de 1950, enviado ao Diretor do SPI pelo chefe da IR4, e em resposta às críticas da SOA ao funcionamento dos postos indígenas (microfilme 181, Museu do Índio):

“Devemos por isto dizer que, o idealismo dos que sonharam e posteriormente criaram o SPI, foi tão ardoroso e cheio de benevolências, que deixou nossas em mãos o magno problema que nem eles puderam resolver, tanto assim que ainda subsiste, o da ‘independência econômica dos índios’”.

Para tentar resolver o problema, o órgão procurou além de modificar as administrações locais, retirar o controle da administração dos postos indígenas de Minas Gerais – e em alguns momentos dos postos indígenas do Estado da Bahia – da IR4 sediada em Recife. Entre as várias propostas para substituição do comando da IR4, tentou-se desde a criação de uma administração

regional próxima aos postos, até o controle direto da diretoria do SPI, ligando os postos à SE do SPI.

Na documentação encontrada, a primeira tentativa de mudança administrativa, com a criação da administração regional, remonta ao ano de 1942. Após essa, a questão dos postos indígenas é retomada em documentos de 1948, e depois sua menção reaparece nos ofícios da SOA nos anos de 1951, 1953, 1955 e 1957²³.

A direção da IR4 não se opôs às transferências dos postos indígenas de Minas Gerais propostas pela administração do SPI, o que só reforça a conclusão de como era problemático ter que gerenciá-los. Isso fica claro numa das comunicações trocadas entre o chefe da IR4 e a direção do órgão em 1955. Nessa, Raimundo Dantas Carneiro não via maiores problemas para que os postos de Minas Gerais passassem ao controle de outra instância, justificando que a grande distância entre a sede da inspetoria em Recife e os postos daquele Estado, impedia o melhor controle por parte da administração regional. Entretanto, quanto à transferência do controle dos postos da Bahia – também pedida –, apesar da distância, o inspetor se colocava contra, justificando que os recursos gerados por aqueles postos eram fundamentais para a boa administração da IR4.

Percebe-se que as tentativas de realocar a administração regional, visavam recuperar um melhor controle daqueles postos, principalmente do Posto Indígena Guido Marlière. Nos relatórios dos outros “postos-problema” no mesmo período – o Posto Indígena Mariano de Oliveira e os Postos Indígenas Caramuru e Paraguaçu no Estado da Bahia –, os índios lá *localizados* parecem estar respondendo bem às orientações da administração regional, estando apenas muito distantes da sede da Inspetoria, daí a dificuldade de se realizarem as viagens de inspeção. A intervenção da diretoria do SPI buscava, assim, sanar aqueles elementos indicativos do mau funcionamento dos postos, que atrasavam a transformação pelo trabalho dos índios em agricultores, e impediam os postos indígenas de tornarem-se unidades economicamente independentes dos recursos enviados pela diretoria do SPI.

Entre os “sinais” de problemas no PIGM estavam: a alta incidência de doenças, como sarampo e

²³ Referências nos microfilmes 182 e 285, Museu do Índio. O inspetor Érico Sampaio menciona o desligamento dos postos de Minas Gerais da administração da IR4 em 14 de junho de 1955 (microfilme 182 e 183, Museu do Índio), mas, como ver-se-á a seguir, esse desligamento não parece ter se operado no cotidiano das comunicações.

²⁴ Ver microfilme 182, Museu do Índio, para notícias de tuberculose em 1953 no PIGM. MATOS (1996:103) informa que uma das índias enviadas para o PI Vanuíre (município de Tupã em São Paulo) em 1958, foi internada num sanatório para tratar de tuberculose. Outro relatório da SOA de 8 de fevereiro de 1951, lista esses diversos problemas existentes no PIGM (microfilme 285, Museu do Índio).

tuberculose²⁴, entre os índios; os atritos, e por conseguinte a caracterização de um controle ineficaz da área indígena pela administração local do SPI²⁵; e a ausência de atividades econômicas que permitissem ao posto funcionar com os recursos gerados ali mesmo. No início da década de 50 existem vários pedidos de arrendatários para exploração dos recursos do PIGM, que são negados pelo SPI. Esses pedidos acabam levando a uma investigação do chefe do posto, inspetor Benedito Pimentel, pela SOA sob a suspeita de má administração do posto (Memorando SOA de 31/12/51, microfilme 285, Museu do Índio):

“No caso de se positivarem essas denúncias, deverá ser punido o citado encarregado. Se, porém, ficar positivada a improcedência da mesma, sugiro que esta Diretoria promova um processo de crime de calúnia contra o denunciante, uma vez que não é possível ficarem os funcionários do SPI permanentemente expostos a tais vexames, com a sua reputação enxovalhada e o seu crédito moral abalado nesta Diretoria, conservando-se os criminosos impunes e a fazer novas vítimas”.

Após a sindicância o chefe da IR4, em 22 de abril de 1953, viria a exigir a punição do funcionário por não controlar a extração de madeira, mostrando que o problema não estava na exploração da área, mas da ausência de controle pelos administradores do posto indígena.

Deve-se também destacar que as comunicações entre os funcionários do SPI – do PIGM, da sede da IR4 e da diretoria do órgão – sobre o PIGM tratam menos da situação dos próprios índios, e muito mais das relações do SPI com os arrendatários (microfilme 285, Museu do Índio). Essas nem sempre eram conflituosas como esclarece um ofício de 25 de junho de 1951 do Chefe da SOA – Irineu dos Santos Júnior – para o Diretor do SPI²⁶ (microfilme 285, Museu do Índio) [grifos do autor]:

“Diversos arrendatários do Posto ‘Guido Marlière’, residentes ali há mais de vinte anos, solicitam concessão para adquirirem as partes

que ora ocupam, comprometendo-se indenizar o SPI o que for arbitrado e de direito.

O pedido que a nosso ver deve ser visto com simpatia, só pode ser resolvido após a promulgação da lei que regula, a situação das terras indígenas e cujo projeto se encontra em estudos no Senado Federal.

Faremos então uma revisão da situação de todos os foreiros do SPI e aqueles que realmente *merecem obterão* essa *justa e humanitária concessão*”.

Os arrendatários demandavam do SPI que as áreas ocupadas dentro do posto fossem regularizadas²⁷. Além de tentar assegurar a posse da terra, eles também pressionavam para poderem se utilizar de recursos encontrados dentro da área do posto, como a extração de madeira – demanda frequente em outros postos indígenas, caso do extinto posto Pancas em 1938 – e a exploração de uma mina de mica dentro da área do posto. Posição do mesmo chefe da SOA sobre este tipo de solicitação, comunicada ao Diretor do SPI em 23 de junho de 1951 (microfilme 285, Museu do Índio) [grifos do autor]:

“Por que conceder a terceiros uma exploração dessa ordem [*extração de madeira*], que afinal redundará em grandes lucros para estranhos e migalhas para o Patrimônio Indígena?

Somos pelo indeferimento, sugerindo que o processo enviado ao PI ‘Guido Marlière’ para dar ciência ao interessado e tomar conhecimento também de mais essa riqueza, que pode ser explorada e contribuir para a emancipação do Posto, juntamente com a pecuária, a lavoura, a mica e outros recursos econômicos que dispõe”.

A descoberta da mina é, em si, um evento muito importante para se entender o que se passou com os Krenak nos anos seguintes. Sua existência gerou diversos atritos entre os arrendatários e o SPI, e foi um dos motivos usados para justificar o fechamento do PIGM no ano de 1957. Os documentos do SPI indicam que a mina já havia sido descoberta em 1940, como atestam os primeiros pedidos de exploração mineralógica feitos pelo SPI. A área só foi liberada para pesquisa no ano de 1941, contudo

²⁵ Em telegrama datado de 16 de fevereiro de 1952 endereçado ao inspetor Benedito Pimentel, o chefe da IR4 Raimundo Dantas Carneiro recomenda: “... deveis proceder acordo texto cláusula contrato arrendamento regulamenta pagamento foros, solicitando auxílio policial se não for de todo possível resolver impasse amigavelmente” (microfilme 181, Museu do Índio).

²⁶ Apesar do documento estar destinado ao Diretor do SPI, pode se concluir que esse cargo era agora ocupado na época por José Maria da Gama Malcher – funcionário de carreira do SPI e anteriormente inspetor da IR3 –, que fora antes de assumir a direção, diretor da SOA. Para maiores informações ver FREIRE (1990) e SOUZA-LIMA (1995).

²⁷ Segundo PERES (1992:56) um problema de ordem semelhante ocorreu no Posto Pancas, só que em 1925 a pressão era da parte do inspetor do SPI, que desejava regulamentar a situação dos colonos dentro da área do posto.

sua exploração não teria começado antes de 1951. Parece claro que a existência/exploração da mina de mica é subvalorizada nas análises sobre a trajetória dos Krenak, muito provavelmente pelos trabalhos datarem a descoberta da mina no ano de 1955, e por isso verem a disputa por sua exploração como algo recente e de menor importância.

VARIAÇÕES NA GESTÃO DOS ÍNDIOS

A existência de um maior enfoque nas questões relativas à área indígena Krenak e seus ocupantes não era só fruto das crescentes disputas locais pelo acesso à terra. Como já ressaltou PERES (1992), o *modelo de atuação conciliadora* do SPI em seus primeiros anos, abrigo nas terras indígenas não apenas índios, sofreu uma modificação importante no começo dos anos 50. O SPI realizava um esforço visando a insularização das áreas e dos indígenas, em relação aos não-indígenas²⁸, para isso o órgão começou a buscar a retirada dos arrendatários das áreas indígenas. Essa dava-se através de uma política de aumento dos valores cobrados pelos arrendamentos, como explicita o documento do chefe da SOA ao Diretor do SPI, em 6 de agosto de 1951 (microfilme 285, Museu do Índio), em que a "... sugestão sobre o aumento das taxas de arrendamento do Posto Guido Marlière, poderá ser concedido, já que os foreiros, em geral pagam uma ninharia e quase todos ocupam área superior ao que lhes é determinado".

Para realizar a desocupação da área dos postos indígenas dos elementos naquele momento vistos como estranhos à *proteção oficial*, o SPI além de aumentar os valores das taxas, buscava também, através da compra, adquirir as benfeitorias construídas pelos arrendatários e assim recuperar a área destinada aos indígenas. Esses "procedimentos" aparecem em alguns documentos trocados entre a direção do SPI e da SOA (microfilme 285, Museu do Índio)²⁹: "A nosso ver deve a IR4

informar primeiramente quais são as benfeitorias e se há possibilidade de adquiri-las em benefício dos índios do PI Guido Marlière, já que o SPI tem preferência sobre a transação".

Assim o que se via na atuação do SPI na década de 50, era a diminuição do espectro de atuação do órgão estatal – não mais buscando civilizar também sertanejos e colonos como no início do século (PERES, 1992) – passando a buscar um maior controle das áreas indígenas e de seus ocupantes. A aparente restrição da ação do SPI objetivava, isso sim, reforçar sua autoridade nas áreas indígenas, como aparece no pedido da SOA ao Diretor do SPI, em 18 de dezembro de 1951, solicitando que encaminhasse pedidos ao Ministério da Agricultura visando regulamentar e demarcar as áreas dos postos de Minas Gerais (microfilme 285, Museu do Índio).

Um outro problema administrativo para o SPI presente na década de 50, e que também "aparece" na história do Posto Indígena Guido Marlière, refere-se às dificuldades do órgão tutelar em *assistir* um número maior de índios. Esse "problema" está no centro das desavenças explicitadas nos documentos do SPI da época – entre o então chefe da SOA, José Maria da Gama Malcher, e o diretor do SPI, Modesto Donatini Dias da Cruz – sobre a transferência dos índios Guarani para o PIGM em 1949³⁰. Após serem "retirados" das terras que ocupavam na cidade de Parati, no Estado do Rio de Janeiro, os Guarani "...fizeram sentir o desejo de irem para o Posto Guido Marlière, onde têm outros índios Guaranis, alguns seus parentes" (Ofício do diretor do SPI, microfilme 285, Museu do Índio), sendo por isso enviados por orientação do diretor do SPI. A decisão da transferência dos Guarani foi criticada pelo chefe da SOA, que contestou os critérios utilizados pelo diretor, além da não consulta da SOA sobre o assunto. O diretor contra-atacou dizendo que atendia a uma demanda dos índios e manteve os Guarani no PIGM.

²⁸ Segundo PERES (1992), "Essa disposição geral de *legalizar ilegalidades* – inerente ao modelo de ação conciliador e que articula critérios de ordem moral, política e econômica para legitimar-se – servia como um instrumento de negociação dos recursos existentes em área indígena, monopolizado pelos chefes de posto e inspetores do SPI. Por outro lado, criava as condições para sua própria perpetuação (desse modelo de ação), pois gerava a perspectiva de novas regularizações, estimulando assim as constantes apropriações de áreas não arrendadas. Sendo assim, a linha de ação *conciliadora* constituía um círculo vicioso no qual as *invasões* de terras e as medidas de regularização fundiária implementada nos postos indígenas alimentavam-se reciprocamente. O pesado aparato normativo que se pretendia impor aos arrendatários e o precário e esporádico monitoramento exercido pelo órgão indigenista sobre os procedimentos de arrendamento eram as duas faces de uma mesma moeda: a da lógica paradoxal da mediação de conflitos. Os encarregados distribuíam terras dentro da reserva segundo critérios muito pessoais, exercendo um controle administrativo mínimo sobre tais ocupações. Os arrendatários se apropriavam de áreas não demarcadas e nunca visitadas pelos servidores do SPI que lavraram os primeiros contratos" (PERES, 1999:74) [grifos do autor].

²⁹ Resposta – provavelmente – a um pedido de indenização de um arrendatário enviado à IR4 e que estaria tramitando na Diretoria do SPI, já que quem assina é o chefe da SOA e está destinada ao Diretor do órgão.

³⁰ Segundo *Boletim Interno do SPI* (n.24, 30/11/43, p.375-376), o PIGM contava com 59 índios Krenak e 19 índios Guarani. O *Boletim* (n.28, 30/03/44, p.80) ainda menciona a existência de índios Guarani no posto. Para os desdobramentos dos atritos entre Donatini e Malcher, ver FREIRE (1990:259-260).

³¹ O PIGM – segundo o processo enviado ao diretor do SPI pelo chefe da IR4 (microfilme 190, Museu do Índio) – necessitava de obras e recursos para poder prestar melhor *assistência dos índios*.

A situação do posto, já tratada como precária, parece ter se tornado crítica após a chegada dos índios³¹. As medidas tomadas pelo SPI, buscando assegurar a posse da terra do PIGM, como "... a imposição de novos contratos, que estipulavam o pagamento anual de taxa de arrendamento, reajustada todo o ano" (PARAÍSO, 1998:787) e o ajuizamento de "...um *Protesto Judicial* contra os diversos invasores daquelas terras" (MATOS, 1996:94) acabaram, ao invés de resolver, por agravar mais a situação na área. A vitória da ação judicial do SPI, com o "... início da Ação de Reintegração de Posse" (MATOS, 1996:94) fez aumentar as pressões locais para a regularização dos lotes dentro da área indígena³². A situação recrudescceu em 1953, quando algumas famílias Krenak foram expulsas por invasores do posto indígena³³, ocorrendo também outros "incidentes":

"O agente Manuel Moreira, ao tempo em que foi encarregado do referido Posto, recebeu de tocaia, dentro do Povoado de Crenaque [*próximo ao PIGM*], em plena luz do dia, um tiro de espingarda de chumbo nas costas. Quase morre, e ninguém ficou sabendo quem foi o autor. Passando algum tempo, um senhor que trabalhava para o Posto, foi em uma noite, surpreendido dentro do quarto em que dormia com sua mulher, por um indivíduo que atirava sobre a cama em que se encontravam. A mulher teve morte instantânea e ele baleado na perna. Houve inquérito e nada se apurou a respeito" (Processo de 25 de março de 1957, microfilme 190, Museu do Índio).

No ano de 1955 uma bomba explodiu na sede do PIGM na ausência do encarregado do posto, como atesta o documento enviado pelo mesmo à chefia da IR4 (microfilme 166, Museu do Índio):

"Solicita permissão para mandar consertar a casa da Sede que foi miseravelmente DINAMITADO (*sic*), pelos JAGUNÇOS do *Advogado do Posto* [grifos do autor], e que até

este momento não fizeram sentir os efeitos das autoridades FEDERAL (*sic*), deixando o patrimônio DA UNIÃO SER FERIDO sem que alguém desse por ele"³⁴.

As circunstâncias do "atentado" nunca foram completamente esclarecidas, tendo os índios sido acusados pela polícia local, que pressionaram os Krenak a se retirarem da área³⁵. O Posto Indígena Guido Marlière no início de 1957, descrito pelos funcionários, não só estava sem "governo", como antevia a decisão tomada no final do ano pela diretoria do órgão (microfilme 190, Museu do Índio) [grifos do autor]:

"Todos os interesses locais, são no sentido de extermínio do Posto e daí nenhuma cooperação se poderá esperar para elucidação do crime [*sobre a dinamitação do posto*].

No meu modo de ver, está praticamente liquidado o Posto Indígena Guido Marlière, visto não existir mais terras sob o seu domínio, animais e outros bens.

Talvez se possa, ainda, mediante entendimentos a algumas concessões entre o Posto e os ocupantes, chegar-se a um acordo, no sentido dos mesmos voltarem a efetuar os pagamentos dos arrendamentos ao SPI. Se isto fosse conseguido, modificaria um pouco o aspecto desolador e de abandono em que o mesmo se encontra, com o pequeno grupo de índios que lá vive, cultivando a diminuta área de que em começo falei.

Nesta hipótese, o Posto passaria a ter a função de uma repartição arrecadadora do SPI em vista da reduzida área a que o mesmo ficou restrito".

A perda do controle do posto pelo SPI foi tratada pelos funcionários do órgão tutelar, e repetida em muitos dos trabalhos que estudaram os Krenak, como resultado exclusivo das disputas e atritos locais enfrentados pelo SPI, e pela má gestão dos funcionários locais do órgão. Essa explicação para o "problema", além de reproduzir uma visão

³² Nos arquivos da SOA do ano de 1951 faz-se menção a acusações contra o chefe do PIGM, por parte de um vereador de Resplendor, Minas Gerais (MG) e a novos pedidos de regularização das terras dentro do PIGM (microfilme 285, Museu do Índio).

³³ PERES (1992:49-52) faz importante distinção das categorias utilizadas dentro do SPI para referir-se aos ocupantes não-indígenas dos postos indígenas, que seriam: arrendatários e invasores. Sendo os primeiros vinculados diretamente ao controle da administração tutelar.

³⁴ Documento de 17 de outubro de 1955 (dirigido ao chefe da IR4) comunicando o envio do aviso mensal do mês de setembro, pelo encarregado do PIGM, Américo Antunes de Siqueira. Após a explosão o referido funcionário abandonou a chefia do PIGM, que permaneceu sem novo encarregado até 1967 (MATOS, 1996:97). Outros documentos mencionam a dinamitação do posto, como por exemplo: 1) Um Ofício do Chefe da IR4 de 11/02/1957; 2) Processo da IR4 de 25/03/57.

³⁵ Segundo MATOS (1996:96), o atentado teria sido de autoria de um fazendeiro da cidade de Resplendor (MG) próxima ao Posto. Conflitos entre índios e ocupantes não indígenas, e envolvendo policiais militares não são episódios singulares nem tampouco restritos ao passado, mas para um relato sobre conflitos semelhantes ver GRUNEWALD, 2001.

idealizada da atuação do órgão – já criticada em outro trabalho (CORRÊA, 2000) – ignora aspectos significativos ligados ao tipo de *assistência* desenvolvida pelo órgão tutelar. Tanto a administração à distância dos postos da região, como – ao contrário do que parecia o pretendido – a constante mudança das esferas de controle destes mesmos postos, foram fatores decisivos, como já demonstrava o ofício do Chefe da IR4, em 04 de janeiro de 1950, destinado ao Diretor do SPI (microfilme 182, Museu do Índio) [grifos do autor]:

“...Paraguaçu, não mais pertence a esta Inspetoria, achamos um pouco esquisita tal afirmação, de ver que ao anunciardes a *vossa deliberação da Diretoria passar a orientar os postos do Sul da Bahia e Minas Geraes*, por se encontrarem mais próximos dessa Capital, anunciaste também na mesma comunicação que os referidos Postos *continuariam a pertencer a esta Inspetoria*, e que as rendas seriam enviadas a esta IR para auxiliar os demais postos.

Em vista disto, não compreendemos o motivo do Sr. e da SOA ter amputado o Posto Paraguaçu desta Inspetoria”.

Ao que indicam as decisões tomadas no final da década de 50, o SPI parecia considerar que o bom funcionamento da *proteção aos índios*, e a conseqüente solução dos problemas existentes no Posto Indígena Guido Marlière, eram inviáveis. Apesar de ter conseguido vencer as disputas judiciais e assegurado o direito do órgão da posse da terra do posto, o órgão decidiu retirar os Krenak da área do PIGM em 1957, determinando a extinção do posto³⁶.

A PRIMEIRA “TRANSFERÊNCIA”

No final de 1957 o SPI decide pela transferência dos 45 índios Krenak para a área do Posto Mariano de Oliveira (PIMO) no município de Águas Formosas no Estado de Minas Gerais, para viverem com os Maxakali, e o fechamento do PIGM³⁷. A decisão foi tomada de maneira rápida, já que não existia nenhum indício de que o SPI planejasse a transferência dos índios ou

fechamento do posto ou a transferência dos índios, como atestam os documentos dos dois postos. Segundo o ofício, de 11 de fevereiro de 1959, do Chefe da IR4 ao Coronel Diretor do SPI, a situação do Posto Indígena Guido Marlière era relatada como (microfilme 182, Museu do Índio):

“...sendo que tudo porventura existente, está em completo abandono, necessitando, ao meu ver, ser restaurado, afim de serem amparados os índios que ali vivem e recomendado o criatório de gado vacum, cujas pastagens daquela reserva são excelentes”.

Não existia, como se pode constatar, menção à proposta de fechar o PIGM. Nos boletins do PIMO também não aparecem indicativos ou qualquer preparação para que o posto recebesse os Krenak, como mostra a surpresa no telegrama do chefe da IR4 (microfilme 182, Museu do Índio):

“ Recebemos telegrama encarregado do Posto Engenheiro Mariano comunicando a transferência índios Posto Guido Marlière para aquele estabelecimento, carecendo ao mesmo tempo de recursos para mantê-los. Não se encontrando esta Inspetoria em condições de solucionar estes assunto, solicito instruções a respeito”.

Apesar da rapidez e falta de planejamento, a “solução” de fechar o posto indígena e transferir os Krenak para o posto Mariano de Oliveira, respondia a objetivos mais profundos da *proteção aos índios*. Uma prática que, com uma pesquisa pouco aprofundada na documentação do SPI e da FUNAI, pode-se recuperar diferentes exemplos ocorridos com populações indígenas distintas. A retirada dos índios e do SPI da área do posto indígena, respondia à última etapa da ação do órgão e a liberar as terras para colonização³⁸. Esse movimento pode parecer estranho se considerarmos que a área passaria ao controle do Serviço Florestal de Minas Gerais, visando a criação do Horto Florestal do Rio Doce.

A resolução de criar o Horto Florestal do Rio Doce, para “preservar” as matas da área é no mínimo peculiar – já que a área era densamente ocupada por arrendatários, mil quatrocentos e noventa e três

³⁶ Apesar dos índios terem sido transferidos só no fim de 1957, o quadro demonstrativo dos postos indígenas da IR4, datado de 12 de abril de 1957, já considera o PIGM como fechado (microfilme 190, Museu do Índio).

³⁷ Não sem uma leve ironia, vale mencionar que a desativação (extinção) do posto parece ter levado a que RIBEIRO (1982:236) concluisse que os Krenak estavam extintos.

³⁸ Segundo depoimento de Júlia Krenak dado a SOARES (1992:131) “...o capitão M.S.P. [Manuel dos Santos Pinheiro] disse que ia melhorar o Posto Indígena, que era para todo mundo ir para os Maxakali, que lá tinha tudo”.

não-índios, segundo um censo de 1954 (PARAÍSO, 1998:787) – mas está longe de ser um movimento inédito na história do SPI, como bem indicou PERES (1992, 1999) para uma operação similar ocorrida no Estado da Bahia em 1926³⁹. Para além dessa situação específica de conversão de “reservas” indígenas em reservas florestais – resolvendo assim os conflitos e disputas locais pela terra com a retirada dos índios – existem outros casos de tentativas semelhantes de administrações locais ou regionais/estaduais de se apropriar das áreas reservadas aos indígenas através de acordos com a administração tutelar federal⁴⁰.

Ao que indicam os textos de MATOS (1996:96) e QUEIROZ (1999:95), a idéia de transformar a área em horto partiu dos rendeiros da área e do capitão do serviço florestal, Manuel dos Santos Pinheiro⁴¹ sem, contudo, a bibliografia ou os documentos pesquisados darem conta de como foram os “primeiros contatos” entre os arrendatários e o capitão Pinheiro. A transformação da área, entretanto, não foi posta em prática, já que os arrendatários não foram retirados da área e apenas passaram a pagar as taxas de arrendamento à prefeitura de Resplendor (PARAÍSO, 1998:787). Mesmo o interesse na real preservação das matas é questionável, pois num telegrama a Inspetoria Regional Florestal pede que se faça a “Fineza determinar funcionário essa diretoria receber Posto Guido Marlière neste estado virtude mesmo não preencher requisitos necessários reserva florestal” (microfilme 334, Museu do Índio).

Os cinqüenta e dois índios Krenak retirados da área do PIGM, foram transportados num caminhão do Serviço Florestal para cidade de Maxakalis/MG pelo inspetor Américo Jorge, o administrador do PIGM na época em que a sede do posto foi dinamitada. Sua chegada à cidade teria sido informada aos funcionários do PIMO, através de um bilhete do chefe da SOA (“Sr. Lincoln”) aos funcionários do posto, no dia 2 de dezembro de 1957 – segundo consta no documento do auxiliar de sertão, José Silveira de Souza

(encarregado substituto do PIMO) para o chefe da IR4. O período de estadia entre os Maxakali é marcado pelas péssimas condições de vida no PIMO, pois além das doenças e do ambiente diferente do PIGM, os Krenak tinham antigas rivalidades com os Maxakali, seus “*inimigos tradicionais*” (MATOS, 1996: 100), e os outros ocupantes do posto. Os Krenak, ainda representavam para a administração local um novo “problema”, já que (microfilme 190, Museu do Índio):

“... os índios precedentes do PIN [*posto indígena de nacionalização*] Guido Marlière, são acompanhados de maus exemplos, os quais não existem [*sic*] na tribo Maxakalis, assim como os jogos de baralhos, buzós, bebidas alcoólicas, e outros” .

No ano de 1959, os Krenak acabam deixando o PIMO, sendo que alguns índios retornam a pé a área do PIGM⁴² e passam a coabitar com a Polícia Florestal que guarda a área (MATOS, 1996:102 e PARAÍSO, 1998:787). Outras famílias se deslocam ou são deslocadas para o Posto Indígena Vanuíre, no Estado de São Paulo (SOARES, 1992:135-136), como também indicam as ordens de Nelson Perez Teixeira, chefe da Seção de Assistência (SA), que substituiu a SOA, em memorando do dia 12 de Janeiro de 1959 ao chefe da IR5 (microfilme 007, Museu do Índio):

“Deverá chegar ao Posto Icatu, 11 índios procedentes de PI ‘Engenheiro Mariano de Oliveira’, anteriormente residentes no PI ‘Guido Marlière’.

Ditos índios não encontraram condições de vida suficientes neste último posto, razão pela qual são enviados para o PI ‘Icatu’.

Esta chefia deverá tomar as providências que se fizerem necessárias para que os referidos índios, permaneçam nesta unidade com condições suficientes para fixarem-se”.

Alguns índios, segundo MATOS (1996:102), vão viver em outras cidades e postos, sendo que alguns

³⁹ Segundo PERES (1999:69), “A partir das negociações travadas entre o inspetor Vasconcellos e o governador da Bahia Goés Calmon foi estabelecida, em 1926, a área indígena [*dos postos Paraguaçu e Caramuru*] dentro do Horto Florestal, a ser também criado”. PERES (1999) fala que o objetivo era criar um espaço para preservação da fauna, flora e populações nativas, entretanto – como a situação ocorrida entre os Krenak permite perceber –, a criação de um Horto não garante a implantação de uma política “preservacionista”.

⁴⁰ FREIRE (1990) relata as tentativas do governo do Paraná na década de 50 de realizar um acordo com o SPI, para liberar terras ocupadas pelos índios para a colonização. SIMONIAN (1981) também aborda um caso semelhante envolvendo as terras dos índios Kaingang, no Estado do Rio Grande do Sul.

⁴¹ Nos textos sobre os Krenak não fica claro a que instituição pertencia, nem qual era a patente, do depois capitão Pinheiro, no ano de 1957. Nos documentos do SEDOC/Museu do Índio, também não se esclarece a que seção da Polícia Militar pertencia o capitão Pinheiro, sendo esta denominada ora como serviço florestal, ora como vigilância rural ou também como Polícia Rural da Polícia Militar de Minas Gerais.

⁴² SOARES (1992:131) relata que os índios esperaram dois anos para retornar ao PIGM, pois o capitão Pinheiro tinha se comprometido a consertar o posto. A partir de 1959 não são encontrados mais registros da presença dos Krenak no PIMO (ver microfímes 182 e 183, Museu do Índio).

perdem o contato. Na documentação do SPI existe menção da transferência de algumas famílias para a Ilha do Bananal, em 30 de maio de 1961 (microfilme 187, Museu do Índio).

A ida de alguns Krenak para o Posto Indígena Vanuíre, no Estado de São Paulo, foi motivada pelas dificuldades de adaptação ao clima e idioma diferentes encontrados no PIMO e por já se encontrarem alguns parentes dos Krenak no posto Vanuíre. O deslocamento dos Krenak poderia ser classificado como uma simples escolha dos índios não fosse a *fixação* em outros postos, só permitida com a devida autorização do administrador e, pela coincidência de que os parentes – o *mestiço Krenak* João Umbelino e os índios Tenuque e Juquate, *Aimorés* do posto Pancas – tinham ido viver no PI Vanuíre depois de cumprirem pena correccional no PI Icatu⁴³.

Até o final de 1965, o SPI se absteve de prestar *assistência* aos Krenak na área do Posto Indígena Guido Marlière, sendo que o posto só foi considerado reaberto em 1966. No período em que o PIGM esteve fechado, o único posto em funcionamento no Estado de Minas Gerais era o PIMO, e tanto ele como os postos da Bahia tinham problemas para assegurar que as terras não sofressem invasões⁴⁴. Os problemas entre os Maxakali foram diversas vezes abordados em jornais da década de 60 sendo denunciado o seu estado precário de vida, os atritos pela posse da terra e os problemas com bebida alcoólica. A diretoria do SPI tentou novamente criar um órgão que ajudasse na administração melhor desses postos, contudo a situação de tensão e conflitos entre índios e não-índios não melhorou, e as

matérias de jornais ainda denunciavam os problemas e a situação dos Maxakali⁴⁵.

Ao que indicam as atas do CNPI, em 1965 começa a ser negociado um convênio entre o SPI e o governo do Estado de Minas Gerais, onde este último se propunha a assumir as funções de garantir a ordem e a assistência das áreas⁴⁶. O nomeado para tal função foi o então capitão do policiamento rural da Polícia Militar de Minas Gerais, Manoel dos Santos Pinheiro que passa a coordenar a partir de 1968 (QUEIROZ, 1999:94 e MATOS, 1996:104) as atividades da Ajudância Minas-Bahia (AJMB), com sede no horto florestal de Belo Horizonte/MG⁴⁷.

O FIM DO SPI E A CRIAÇÃO DA FUNAI SOB A ADMINISTRAÇÃO DO CAPITÃO PINHEIRO – VARIAÇÕES SOBRE OS MESMOS PROBLEMAS E CRIAÇÃO DE NOVOS

As mudanças ocorridas na administração de índios e postos indígenas no Estado de Minas Gerais – culminando com a transferência da *proteção* para a Polícia Militar do estado – estão ligadas intimamente ao contexto da *proteção aos índios* pelo Estado brasileiro nesse período. A década de 60, e em particular seu final, foi marcada pela divulgação de uma série de denúncias à administração do SPI, em que funcionários e Inspetorias Regionais do órgão tutelar são acusados de desviar verbas e praticar maus tratos aos índios (SOUZA-LIMA, 2002). Segundo alguns autores (RIBEIRO, 1982 e DAVIS, 1978, entre outros), estas denúncias foram utilizadas como justificativa para que o governo acabasse com o SPI e o CNPI, criando um novo órgão, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). É só neste contexto de crítica e questionamento da atuação do SPI, que parece ser possível que um outro mediador – no caso

⁴³ Segundo os documentos do PI Icatu, o mestiço Krenak João Umbelino teria sido enviado para o PI Icatu em 1937, solto em 1945 e teria ido viver no PI Vanuíre. O mesmo destino dos índios Tenuque e Juquate, *Aimorés* do Posto Pancas, e que estavam no PI Icatu em 1950, já cumprindo pena no dito posto há dez anos, e também depois foram viver no posto Vanuíre. Sobre as atividades do PI Icatu como local de envio de índios criminosos, ver CORRÊA (2000).

⁴⁴ O chefe da IR4 informa em telegrama de 27 de janeiro de 1958, à direção do SPI que está “ciente transferência remanescente indígenas expulsos Posto Caramuru – Paraguaçu, para o de Engenheiro Mariano de Oliveira” (microfilme 182, Museu do Índio).

⁴⁵ A Ajudância ‘Maxacalis’ foi criada em 1961 e depois recriada em 1963 (PERES, 1992:8-12). A portaria de criação da Ajudância foi tornada sem efeito pelo diretor do SPI em 20 de fevereiro de 1962 (microfilme 189, Museu do Índio), contudo não existem documentos que indiquem que após sua recriação em 1963 tenha sido novamente dissolvida. Os documentos de 1966 mencionam a existência da sede da Ajudância Minas-Bahia na cidade de Teófilo Otoni, Minas Gerais. Foram encontradas matérias de jornais nos microfilmes 380 e 389 disponíveis no Museu do Índio.

⁴⁶ Não foi encontrada qualquer referência ao convênio SPI e Estado de Minas Gerais nos documentos do SPI do período, pesquisados no Museu do Índio. As únicas informações encontram-se nas atas do CNPI dos anos de 1965 e 1966, pelas quais sabe-se que o convênio entrou em debate no Conselho depois que o mesmo interpelou o SPI por não ser consultado (microfilme 365, em 08/11/65). Nos debates, coube a um dos integrantes do CNPI da época – o antropólogo Roberto DaMatta – fornecer um parecer em novembro de 1965, sobre a conveniência de tal acordo. O convênio é mencionado no jornal *O Globo* de 02 de junho de 1966:

“Os representantes do SPI, Srs. Benedito Pimentel, Inspetor-chefe em Brasília, e Augusto Souza Leão, superintendente da jurisdição de Minas-Bahia, que estiveram ontem à tarde na Secretaria de Trabalho e Cultura Popular a fim de assinar convênio de proteção efetiva aos silvícolas em Minas” (microfilme 389, Museu do Índio).

⁴⁷ A carta de 1967 da presidente do CNPI, Heloísa Alberto Torres, endereçada ao capitão Pinheiro (MF 365/052/1572) põe em dúvida a afirmativa de que o capitão Pinheiro só assumiria função para o órgão indigenista no ano de 1968. O único documento, assinado pelo capitão, encontrado que menciona o início das atividades dentro da Ajudância Minas-Bahia (AJMB) é o ofício 293/70 de 24/06/70, onde Pinheiro declara ter recebido a área de Krenak “... em fins de 1968” (Ofício 293/70, folha 05, microfilme 406, Museu do Índio).

o governo estadual – assuma as funções e obrigações de administrar os postos indígenas e, *proteger e assistir* aos índios localizados no Estado de Minas Gerais.

Durante os quatro anos em que o capitão Pinheiro esteve chefiando a AJMB, a vida dos índios assistidos pela Ajudância se modificou. A entrada do policiamento rural da Polícia Militar de Minas Gerais na administração dos índios teria como motivo impedir os conflitos entre os índios Maxakali e os outros ocupantes da área indígena, e possibilitar a retomada de atividades econômicas dentro das áreas, fazendo com que os índios – além de serem “protegidos” – alcançassem o estágio desejado de agricultores.

As atividades desenvolvidas no âmbito da AJMB quase não circulavam dentro e fora da FUNAI, sendo que os canais “normais” de divulgação externa e interna do órgão, tais como o *Boletim Interno da FUNAI*, durante quase todo o período de atuação do capitão Pinheiro na direção da Ajudância também fazem pouca menção às atividades e ocorrências, exceção feita às comunicações entre a chefia da AJMB e o posto Guido Marlière – constante e praticamente diária nesse período. Todavia, não se deve concluir apressadamente que a administração regional estava desligada da FUNAI. Mesmo no período entre os anos de 1969 e 1973 – já que no final de 1973, os postos ligados à AJMB “retornam” ao controle da FUNAI, com a saída de Pinheiro e a nomeação de Itatuitim Ruas (indigenista do SPI) para seu lugar – parece precipitado pensar a administração regional como uma unidade autônoma na *proteção dos índios*. As atividades e o espectro alcançado pelas instituições criadas dentro da AJMB indicam uma relação muito mais sistemática e profunda com a direção da FUNAI, pois tanto a Guarda Rural Indígena (GRIN)⁴⁸ quanto o Reformatório Agrícola Indígena Krenak (RAIK) recebiam índios de várias regiões. Isso implicava em relações ao menos com os dirigentes do órgão federal. As ordens de enviar índios para o reformatório, e GRINs para outros postos fora

da AJMB tinham que passar pelo aval da direção da FUNAI, como atestam alguns poucos ofícios de envio de índios para o reformatório feitos pelo diretor geral do Departamento de Assistência da FUNAI, Amaury Sadok de Freitas Filho (microfilme 306, Museu do Índio).

A MUDANÇA DE NOMECLATURA E A PRÁTICA TUTELAR, MODIFICAÇÕES E CONTINUIDADES NA ATUAÇÃO DA FUNAI

Com o retorno do SPI em 1966 à antiga sede do PIGM, a tensão – em torno do futuro da área e a quem seria garantido o direito de posse da terra – volta, não só para os índios⁴⁹, como para os outros ocupantes da área. As primeiras atividades da Polícia Militar de Minas Gerais remontam ao ano de 1969⁵⁰ e tratam da transferência dos primeiros índios para a área do PIGM; a reforma das instalações do PIGM, com a construção de uma casa para os guardas da PM, celas para os confinamento, refeitório e cozinha; e os primeiros treinamentos para formação dos GRINs.

O reformatório – apesar de descrito como operando a partir do final de 1969 ou do ano de 1970 – começa a receber índios qualificados como *delinqüentes* a partir de fevereiro, mais precisamente no dia 24 de janeiro de 1969, quando chegou à área do antigo Posto Indígena Guido Marlière, para ser *reeducado*, o índio Antonio Karajá, removido para lá por ter cometido crime de homicídio em sua aldeia de origem (microfilme 306, Museu do Índio). A partir desta data e até o final do ano de 1972, o Posto receberia uma leva considerável de índios enviados para o mesmo, e acusados de diversos “crimes”.

Estes dados são anteriores à portaria de criação da GRIN (setembro de 1969) e das primeiras obras de reforma e construção de alojamentos para índios e policiais no PIGM (julho e agosto de 1969), indicando que a decisão de construir um reformatório foi uma das primeiras iniciativas da AJMB⁵¹. A construção e funcionamento do reformatório – apesar de não poder ser “o” evento central na trajetória dos Krenak – é tratado como

⁴⁸ Denominação da polícia indígena criada dentro da AJMB pelo capitão Pinheiro, que recrutou e “formou” índios Maxakali, Karajá, Krahô, Xavante e Xerente para policiamento de áreas indígenas em 1969, e que foi extinta em 1978 (CORRÊA, 2000).

⁴⁹ Augusto Souza Leão – o mesmo funcionário que teria recomendado a “reabertura” do PIGM em 1965 – comunica em relatório da AJMB (13 de janeiro de 1967), a chegada de índios Guarani provenientes da cidade de Parati (Estado do Rio de Janeiro) ao PIGM em 23 de novembro de 1966, agravando ainda mais a “situação crítica das terras” (microfilme 307, Museu do Índio).

⁵⁰ Os dados de PARAÍSO (1998:787) mencionam que os Krenak permaneceram na área convivendo com o posto da *polícia florestal*, sem receber assistência ou perseguições. Nos anos de 1967 e 1968 – possivelmente motivado pela lacuna entre o fim do SPI e criação da FUNAI – não foram encontrados documentos sobre a administração da AJMB pela Polícia Militar ou mesmo dos órgãos de tutela indígena.

⁵¹ Em entrevista ao *Jornal do Brasil* em 1972, Pinheiro destacava que a idéia de construir um centro de reeducação era um desenvolvimento da própria atividade os GRINs, já que os índios detidos por eles deviam ser enviados para um local para que fossem corrigidos.

um marco de arbitrariedade da FUNAI para aqueles que conheceram ou escutaram narrativas sobre sua existência⁵².

CONCLUSÃO

Neste trabalho procurou-se recuperar uma série de elementos que estiveram presentes nas relações estabelecidas entre os diversos indígenas que foram atraídos e localizados no Posto Indígena Guido Marlière pelo Serviço de Proteção aos Índios – recebendo a denominação de Krenak – e os grupos que com eles se relacionaram no século passado.

O resgate da história da administração dos Krenak pelo SPI nesse posto indígena, além de ser importante para se entender os desdobramentos da ação tutelar – o que elucida em parte, com certeza, como o PIGM foi “escolhido” para ser o local de instalação do Reformatório Agrícola Indígena Krenak (CORRÊA, 2000) – também reforça a idéia de que a atuação do órgão tutelar responde, muitas vezes, a desígnios específicos, distantes do que poderia se considerar a *proteção e assistência* aos índios. Compreender como os tutores atuaram na administração dos índios depende de como eram pensadas essas atividades e como essas “tarefas” foram executadas no determinado grupo indígena tutelado e no período em que essa foi executada. O exercício aqui praticado visou um melhor esclarecimento e compreensão de certos processos de compulsão porque passaram os “Krenak” no século passado, processos que em muitos casos não divergem de outras situações vivenciadas por distintos grupos indígenas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BORELLI, S.H.S., 1984 – Os Kaingang no estado de São Paulo: constantes históricas e violência deliberada. In: BORELLI, S.H.S.; BARBOSA, M.A.; MONTEIRO, J.M.; LUZ, M. & LADEIRA, M.E. **Índios no estado de São Paulo: Resistência e Transfiguração**. São Paulo: Yankatu Editora e Comissão Pró-índio de São Paulo. 120p.
- CALLADO, A., 1982 – **A Expedição Montaigne**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. 115p.
- CARDOSO-DE-OLIVEIRA, R., 1976 – **Do índio ao bugre**. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves. 148p.
- CARRARA, S., 1998 – **Crime e loucura: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século**. Rio de Janeiro: EDUERJ/EDUSP. 227p.
- CARVALHO, E.A., 1979 – **As Alternativas dos vencidos: índios Terena no Estado de São Paulo**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 150p.
- CORRÊA, J.G.S., 2000 – **A ordem a se preservar: a gestão dos índios e o Reformatório Agrícola Indígena Krenak**. Rio de Janeiro. 214p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- CUNHA, O.G., 1998 – **Intenção e Gesto: Política de identificação e repressão a vadiagem no Rio de Janeiro dos anos 30**. Tese (Doutorado em Antropologia), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- DAVIS, S.H., 1978 – **Vítimas do Milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 128p.
- ERTHAL, R.M.C., 1992 – **Atrair e pacificar: a estratégia de conquista**. Rio de Janeiro. 285p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- FARAGE, N., 1991 – **As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização**. Rio de Janeiro: ANPOCS e Editora Paz e Terra. 197p.
- FREIRE, C.A.R., 1990 – **Indigenismo e Antropologia: O Conselho Nacional de Proteção aos Índios na gestão Rondon (1939-1955)**. Rio de Janeiro. 379p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- GAGLIARDI, J.M., 1989 – **O indígena e a República**. São Paulo: Editora Hucitec e EDUSP. 310p.
- GRUNEWALD, R., 2001 – **Os índios do descobrimento: tradição e turismo**. Rio de Janeiro: Editora Contracapa. 211p.
- MARCATO, S.A., 1979 – A Repressão contra os Botocudos em Minas Gerais. **Boletim do Museu do Índio, FUNAI, Etno-história**, Rio de Janeiro (1):1-54.
- MATOS, I.M., 1996 – **Borum, Bugre, Krai: Constituição social da identidade e da memória Étnica Krenak**. Belo Horizonte. 196p. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais.
- MENDONÇA, S.R., 1997 – **O ruralismo brasileiro**. São Paulo: Editora Hucitec. 219p.
- NIMUENDAJÚ, C., 1982 – **Textos Indigenistas: Relatórios, monografias, cartas**. In: SUESS, P. (Ed.). São Paulo: Edições Loyola. 250p.
- OLIVEIRA FILHO, J.P., 1977 – **As facções e a ordem política em uma reserva Tükuna**. Brasília. 303p.

⁵² A experiência ficou conhecida para além dos circuitos de estudiosos quando CALLADO (1982) transformou a existência do presídio, em parte do romance *A expedição Montaigne*.

- Dissertação (Mestrado em Antropologia), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília.
- OLIVEIRA FILHO, J.P., 1988 – **“O Nosso Governo”: Os Ticuna e o regime tutelar**. São Paulo; Brasília: Editora Marco Zero/MCT-CNPq. 340p.
- PARAÍSO, M.H.B., 1992 – Os Botocudos e sua Trajetória Histórica. In: CUNHA, M.C. (Coord.) **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: FAPESP/Companhia das Letras/SMC. p.413-430.
- PARAÍSO, M.H.B., 1998 – **O tempo da dor e do trabalho: A conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste**. São Paulo. 815p. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História Social, FFLCH, Universidade de São Paulo.
- PEREIRA, E.M.M., 1999 – **Reorganização social no “Noroeste Amazônico”: elementos sobre os casos Huitoto, Bora e Ticuna**. Rio de Janeiro. 109p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- PERES, S.C., 1992 – **Arrendamento e Terras Indígenas: Análise de alguns modelos de ação indigenista no Nordeste (1910-1960)**. Rio de Janeiro. 269p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- PERES, S.C., 1999 – Terras Indígenas e ação indigenista no Nordeste (1910-67). In: OLIVEIRA FILHO, J.P. (Org.) **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. Rio de Janeiro: Editora Contra Capa Livraria. p.41-90.
- QUEIROZ, C.C., 1999 – **Punição e Etnicidade: estudo de uma “Colônia Penal Indígena”**. Belo Horizonte. 180p. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais.
- RIBEIRO, D., 1982 – **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. Petrópolis: Editora Vozes. 257p.
- SIMONIAN, L.T.L., 1981 – **Terra de Posseiros: um estudo sobre as políticas de terras indígenas**. Rio de Janeiro. 214p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- SOARES, G., 1992 – **Os Borum do Watu: os índios do rio Doce**. Contagem: CEDEFES. 198p.
- SOUZA-LIMA, A.C., 1995 – **Um Grande Cerco de Paz. Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes. 362p.
- SOUZA-LIMA, A.C., 2002 – FUNAI. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC. p.2426-2432.
- TAUSSIG, M., 1993 – **Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem: um estudo sobre terror e cura**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 481p.
- VIANNA, A.R.B., 1999 – **O mal que se adivinha: classificações sociais e construção policial da menoridade – Distrito Federal, 1910-1920**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 198p.